MUTIRÃO DE CONCILIAÇÃO

Contribuinte poderá renegociar débitos municipais a partir desta segunda

Última oportunidade para acertar as contas com o Município

REDAÇÃO DS / Assessoria

A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, com o apoio do Poder Judiciário, inicia nesta segunda-feira, 21, um novo mutirão para oportunizar aos contribuintes com algum débito junto ao fisco municipal a participação no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT). O prazo para aderir ao programa encerra no final deste mês.

De acordo com a secretária Municipal de Fazenda, Ângela Nascimento, o PERT teve início em 18 de julho, com término inicialmente previsto para o dia 31 de agosto, contudo, nova oportunidade está sendo dada ao contribuinte. "Importante é que os munícipes terão a oportunidade de ficar em dia com o fisco, de obterem sua certidão municipal negativa".

O programa oferece ao contribuinte a possibilidade de regularização de débitos de qualquer natureza junto ao município, aproveitando de um desconto de até 100% dos juros para pagamento à vista. O programa oferece ainda a possibilidade do parcelamento em até 60 vezes. Todas estas condições estão mantidas até o dia 30 de novembro, quando se encerra o mutirão de Conciliação Fiscal.

> De extrema importância o contribuinte estar em dia com o fisco

Importante ressaltar que uma renegociação dos débitos sempre vai ser vantajosa para o contribuinte pois evita a judicialização da cobrança. "E precisamos ter em mente sempre que os recursos arrecadados são destinados para a saúde, a educação, assistência social e infraestrutura urbana. Então é de extrema importância o contribuinte estar em dia com o fisco, sem contar que se contribuinte estiver inadimplente, pode sofrer ações de cobrança tais como, protestos, ações judiciais de cobrança, então, não perca essa oportunidade", ressaltou.

O prazo para aderir ao programa encerra dia 30

A renegociação pode ser feita presencialmente no setor de tributação da Prefeitura Municipal ou acessando a página oficial do município.

Link para cadastramento: https://cidadaoonline.tangaradaserra.mt.gov.br/app/pages/auto-cadastro

O resultado do levantamento foi divulgado na sexta

QUINTO MELHOR DO PAÍS

Mato Grosso é Selo Ouro em transparência pública

Mato Grosso alcançou o índice de 92,19%, o quinto melhor do país

LIGIANI SILVEIRA / CGE - MT

O Portal Transparência do Governo de Mato Grosso foi classificado como "Ouro" na avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública, liderado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). O resultado do levantamento foi divulgado na sexta-feira, 18, dia em que a Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei nº 12.527/2011) completou 11 anos de edição.

Na avaliação, Mato Grosso alcançou o índice de 92,19%, o quinto melhor do país. A média nacional entre os Poderes Executivos Estaduais foi de 82,53%. Só quem ultrapassou o índice de 75% recebeu selos: Diamante (95% a 100%), Ouro (85% a 94%) e Prata (75% a 84%).

Para o secretário-controlador geral do Estado, Emerson Hideki Hayashida, o resultado demonstra que Mato Grosso está no caminho certo no fomento à cultura da transparência no serviço público. "Como órgão central de transparência, a Controladoria Geral do Estado (CGE) tem procurado capacitar e sensibilizar os agentes públicos de que a regra é a transparência e o sigilo é a exceção. Além disso, nosso trabalho envolve orientá-los de que as informações disponibilizadas devem ser precisas, compreensíveis, atualizadas e íntegras para que o cidadão possa ajudar de fato no controle da gestão pública", observa.

O levantamento da Atricon levou em conta critérios como acessibilidade, dados de contratos, receita, despesas, diárias, folha de pagamento, gestão fiscal, Serviço de Informação ao Cidadão, informações institucionais e prioritárias. Foi examinada não só a existência dessas informações no Portal Transparência, mas a sua disponibilização atualizada, precisa, em linguagem clara, de fácil localização, em dados abertos e com a possibilidade de gravação em diversos formatos, entre outras possibilidades.

O levantamento foi realizado entre maio e novembro de 2022 direto no Portal Transparência.